

Diretoria e conselheiros da Adusp são barrados na porta da Reitoria

Incidente reafirma necessidade urgente de democratização da USP. Queremos votar para reitor, já!

No dia 22/8, às 14 horas, a diretoria da Adusp e membros de seu Conselho de Representantes (CR) dirigiram-se à Reitoria da USP, para discutir com o reitor J. G. Rodas a convocação do Conselho Universitário (Co) e a inclusão em pauta da proposta da Adusp de modificação do Estatuto quanto ao processo de indicação de reitor: consulta paritária, com inclusão na lista tríplice, a ser elaborada pelo atual “Colegiado”, do(a) indicado(a) na consulta. Os representantes da Adusp não conseguiram, porém, sequer entrar no prédio, barrados que foram pela segurança. Ademais, um dos seguranças fotografou a comitiva!

Quais os antecedentes dessa situação inusitada, acintosa? No dia 4/7/13, Adusp, APG e DCE protocolaram pedido de convocação do Co para a terceira semana de agosto, “para discutir e deliberar sobre propostas de alteração do Estatuto da USP no que se refere ao processo de eleição para reitor”. No mesmo ofício, registrávamos o protocolo, em 2/7/13, da proposta de consulta paritária, mencionada acima. A intenção era de que as eventuais mudanças no Estatuto entrem em vigor já no processo reitoral deste ano.

Como não houve resposta da Reitoria ao ofício de 4/7, em 15/8 solicitamos reunião com o reitor no dia 22/8, para discussão da matéria. No dia 20/8 recebemos a resposta da Reitoria ao pedido de audiência, a

qual não fazia menção da nossa solicitação de audiência em 22/8, reafirmava a intenção de convocar o Co para 1º de outubro, e reiterava proposta da Reitoria de uma Semana de Debates acerca de propostas para indicação de dirigentes. Cumpre lembrar que tal semana coincide com a “Semana da Pátria”, ou seja, certamente a mais propícia para um debate amplo acerca desta questão...

Barrados na porta. Diante deste quadro, a diretoria e o CR da Adusp entenderam que era o caso de se dirigir à Reitoria da USP com o intuito de obter uma interlocução direta com o reitor sobre data e pauta do Co.

A Reitoria da USP tem sede, atualmente, no Antigo Prédio, agora reformado. Não é exagero dizer que lembra um *bunker*. Fomos recebidos na porta do tapume que envolve o edifício pela segurança — que nos comunicou que reitor, chefe de gabinete, bem como a secretária do gabinete, estavam fora da Reitoria. Fomos informados de que a secretária voltaria em pouco tempo, quando poderia tratar do assunto. Ao mesmo tempo não nos foi permitido entrar no pátio, no saguão, nas dependências — enfim, na Reitoria. Com a demora, exigimos esperar na ante-sala do gabinete do reitor. O segurança esclareceu que não poderia permitir a nossa entrada.

30/8, Dia Nacional de Mobilização e Paralisação

Representantes de oito centrais sindicais — Central Única dos Trabalhadores, CSP/Conlutas, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Central dos Sindicatos Brasileiros e Intersindical — reuniram-se em 19/8, em São Paulo, para organizar o Dia Nacional de Mobilização

e de Paralisação, que será realizado em 30/8, para acelerar o debate e as negociações da pauta de reivindicações da classe trabalhadora, entregue ao governo e ao Congresso Nacional em março último.

Os sindicalistas decidiram destacar para esta mobilização quatro bandeiras: 1) a regulamentação da terceirização e o combate ao Projeto de Lei 4330, 2) o fim do fator previdenciário, 3) a redução



Daniel Garcia

À direita na foto, segurança fotografa os diretores da Adusp

Após a chegada da secretária do gabinete, nos foi informado, para nossa surpresa, que só entra na Reitoria da USP quem tiver permissão ou agendamento prévio. Dada a ausência do reitor, da chefia de gabinete, de agendamento prévio e da nossa insistência em esperar para falar com o reitor, ouvimos: “Então vão esperar aqui fora”. A indignação com esta situação inaceitável aumentou quando os professores presentes perceberam que estavam sendo fotografados pela segurança da Reitoria.

Este desrespeito, fruto da militarização imposta ao *campus* pela atual gestão da Reitoria, merece registro e repúdio: desde quando membros do corpo da USP podem ser impedidos de entrar em prédio da universidade? Democracia, pois sim!!!

Reunião em 28/8. A situação só tomou rumos um pouco mais toleráveis depois que a diretoria da Adusp entrou em contato direto

com o chefe de gabinete do reitor, registrando nossa indignação ante o desrespeito que a Reitoria dispensava a um conjunto de professores da USP. Permanecemos na porta. Dezenas de minutos depois, a secretária do gabinete voltou à porta com uma mensagem do chefe de gabinete, propondo uma reunião para 28/8, às 10 horas, que eventualmente será com J. G. Rodas. A presença do reitor ficou de ser confirmada até segunda-feira, 26/8.

Fica mais uma vez clara a necessidade urgente de transformar, drasticamente, as relações sociais no interior da universidade. É hora e tempo de retirar o poder das mãos dessa oligarquia que controla a USP apoiando-se no entulho autoritário herdado da Ditadura Militar, origem do Estatuto e do regimento disciplinar que hoje vigoram. É hora e tempo de transferir o poder ao corpo da universidade, viabilizando e potencializando a participação plena de professores, estudantes e funcionários.

Assembleia Geral da Adusp

3ªf, 27/8, 17h
Aud. Jacy Monteiro (IME)

pauta: campanha de democratização da USP / proposta das centrais sindicais para um dia nacional de lutas em 30/8

Gestão Rodas queima reservas financeiras da USP, sem consultar a comunidade universitária

Durante alguns anos, a USP acumulou reservas financeiras, durante o período em que o comprometimento com as folhas de pagamento manteve-se em torno de 80%. O uso dessas reservas deveria ser objeto de discussão ampla, na qual se definissem prioridades, e não poderia depender exclusivamente da decisão do reitor. Caberia um debate democrático e transparente, com a participação ativa de professores, estudantes e funcionários, para estabelecer diretrizes para aplicação destes recursos. O poder central da USP fala muito em democracia e transparência, mas na hora de exercê-la...

No mínimo, era de se esperar que a Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) do Conselho Universitário (Co), de maneira autônoma, fosse fonte de sugestões ao Co de como aplicar estes recursos. Temos dúvidas de que tenha sido esta a sua prática, considerando que, “sai reitor, entra reitor”, a presidência da COP não muda; tampouco se observa que o Co tenha tido a iniciativa de propor diretrizes para aplicação das reservas financeiras. De fato, nem sabemos se os membros do Co tinham ou têm conhecimento das reservas financeiras da USP. Afinal de contas, a Adusp, que há muito vem solicitando informações a esse respeito, só teve acesso a esses dados recentemente, ao lançar mão da Lei de Acesso à Informação, promulgada em 2012.

É bom registrar que o Sistema de Informações Financeiras para o Co de 23/2/13, ao contrário do que acontecia anteriormente, deixa de registrar os montantes e variações empenhados com as folhas de pagamentos de docentes e funcionários. A exposição que segue pode ser uma indicação dos motivos desta omissão.

A atual gestão da USP queimou parte dessas reservas, sem uma participação ampla da comunidade na definição de prioridades. Nada surpreendente, tendo em vista a estrutura de poder vigente na universidade e os processos de escolha de seus dirigentes. Cabe, no entanto, uma pergunta ao fim da atual gestão: a curto e médio prazos, haverá um equilíbrio das contas da USP? Haverá progressão horizontal de docentes e promoções decorrentes da avaliação de funcionários com a mesma flexibilidade – e inconsistências – que marcou as primeiras etapas desses processos? Haverá reposição dos claros decorrentes de aposentadorias? Como fica a preservação dos salários contra o desgaste inflacionário? Essas perguntas

são pertinentes, diante do quadro descrito a seguir.

Observe nos dados da **Tabela 1** que, enquanto na Unesp e na Unicamp o aumento do comprometimento entre 2009 e 2013 foi de 5,5% e 6,8%, respectivamente, na USP este aumento atingiu o valor de 25,1%. É evidente que o atual nível de comprometimento somente é possível em virtude das reservas financeiras acumuladas em períodos anteriores.

dos anteriores.

Da análise dos dados da **Tabela 2**, conclui-se que a folha de pagamento dos docentes ativos cresceu 40,98% entre fevereiro de 2010 e março de 2013, enquanto que a folha de pagamento dos funcionários técnico-administrativos aumentou em 94,92% no mesmo período. Para melhor interpretar essa diferença, cabe informar que, nesse mesmo período, o número de docentes ativos passou de 5.680 para cerca de 5.980 (um aumento de 5,3%) e o número de funcionários técnico-administrativos passou de cerca de 15.200 para aproximadamente 17.500 (o que representa um acréscimo de 12,5%). Portanto, o crescimento relativo do número de funcionários explica muito pouco a grande diferença de crescimento da respectiva folha de pagamento, comparativamente à folha de pagamento dos docentes. A propósito, no Ofício Cruesp 010/2011, a Codage-USP informava que o percentual da folha de pagamento gasto com funcionários técnico-administrativos correspondia a 51,15% e com os docentes a 48,85%. Agora, no Ofício Cruesp 014/2013, a Vice-Reitoria Executiva de Administração (VREA-USP) informa que esses percentuais passaram para 57,07% e 42,93%, respectivamente.

Convém ressaltar que os gastos com Vale Alimentação e Vale Refeição têm, no conjunto, um impacto de 5,26% (conforme a VREA-USP) no orçamento e estão incluídos no cômputo do comprometimento orçamentário com folhas de pagamento da planilha do Cruesp, reproduzidos na **Tabela 1**. Tais gastos, porém, não estão incluídos no cômputo das folhas de pagamento de docentes e funcionários mostrados na **Tabela 2**. A segunda parcela do prêmio de excelência acadêmica tem forte impacto no comprometimento dos meses em que foram pagas (dezembro/13 e janeiro/14), mas no acumulado até julho de 2013 ele cai para cerca de 2,7%.

A **Tabela 3** mostra os reajustes de data-base de 2010 a 2012, indicando que o reajuste acumulado nesse período totalizou 22,61%.

Tabela 3. Reajustes de data-base de 2010 a 2012

	Reajuste	Reajuste acumulado
2010	6,57%	6,57%
2011	8,40%	15,52%
2012	6,14%	22,61%

No caso dos docentes, além dos fatores como concursos, quinquênios, sexta-parte, há a chamada reestruturação da carreira docente, em fevereiro de 2010, que reajustou os salários de todos os docentes em 6%; o aumento diferenciado para os titulares em fevereiro de 2013 (3,51%); e a progressão horizontal, decorrente da mudança na carreira docente. No caso dos

funcionários, o aumento decorreu principalmente da reestruturação de carreira, que valorizou significativamente os pisos salariais dos níveis básico, médio e superior.

Diante do quadro descrito, é surpreendente que a valorização do nível inicial da carreira docente, reivindicação da Adusp e das outras entidades de docentes do Fórum das Seis, não tenha tido o apoio da Reitoria da USP para fazer prosperar sua negociação entre Fórum das Seis e Cruesp. A propósito, convém lembrar o paradoxo de que um MS-1, em RDIDP, ainda que função em extinção na USP, tenha salário bem inferior ao do funcionário técnico-administrativo de nível superior, em início de carreira.

O desafio a enfrentar é: a USP tinha, em 31/3/2013, Saldo Financeiro de R\$ 3.075.264.703,91; Despesas Orçamentárias a pagar (não especificadas) de R\$ 1.710.737.095,54; implicando uma Reserva Técnica de R\$ 1.364.527.608,37 para cobrir eventuais quedas de Receita, decorrentes das flutuações da arrecadação do ICMS previsto no Orçamento (dados da VREA, constantes do Ofício Cruesp 019/2013, datado de 26/6/2013). Ainda que, neste ano, venha ocorrendo uma ligeira queda na arrecadação do ICMS (menos que 2% até junho), o comprometimento mensal com as folhas de pagamento tem ultrapassado os 100% em meses recentes, o que mostra que a reserva financeira tende a ser consumida regularmente. Mesmo com a arrecadação do ICMS retornando aos valores previstos, dificilmente convergirá para um comprometimento com salários compatível com as necessidades de investimento e custeio de uma universidade do porte da USP.

Se a folha de pagamento não pode ser reduzida, a próxima gestão vai se empenhar para aumentar a dotação das universidades públicas estaduais — fato inédito desde da autonomia de 1989, conquista do movimento de professores, estudantes e funcionários na greve de 1988 —, ou vai arrochar salários e investimentos em infra-estrutura, enquanto torce por uma recuperação econômica a curto prazo e sem precedentes no país?

Tabela 2. Gastos com Folha de Pagamento (em R\$ milhões)

	Docentes Ativos	Docentes Inativos	Funcionários Ativos	Funcionários Inativos
Fev/2010*	65,091	27,547	64,672	13,816
Ago/2010*	74,782	31,292	74,488	14,675
Out/2010*	75,603	31,426	78,885	14,681
Jan/2011*	75,419	31,712	78,902	14,710
Jan/2013**	91,251	38,323	118,987	17,461
Fev/2013**	91,861	39,037	124,548	17,433
Mar/2013**	91,763	39,165	126,061	17,423

* fonte: Sistema de Informações Financeiras para o CO.

** fonte: Ofício Cruesp 014/2013; não estão inclusos os gastos com os vales alimentação e refeição

Tabela 1. Porcentagem da folha de pagamentos bruta acumulada no ano em relação às liberações financeiras

	UNESP	UNICAMP	USP
2009	85,46	85,83	81,95
2010	82,84	82,00	79,26
2011	84,89	83,15	82,32
2012	88,93	88,61	95,65
2013*	90,20	91,70	102,53

* até julho

fonte: Planilhas Cruesp

Apesar do corte de ponto, greve da Unesp continuava em 4 campi

A greve dos funcionários técnico-administrativos da Unesp continuava, até a data de fechamento desta edição (23/8), em quatro *campi*, apesar da decisão, anunciada pelo reitor Julio Cezar Durigan em 19/8, de cortar o ponto dos trabalhadores em greve. Uma assembleia geral prevista para 26/8 decidiria sobre o futuro do movimento. Também permaneciam parados os docentes dos *campi* de Franca e Bauru, com plenária de avaliação marcada para 23/8.

A decisão da Reitoria da Unesp de descontar os dias parados baseou-se em parecer da assessoria jurídica da instituição, que entende “ser legítima e legal a aplicação de falta injustificada e desconto dos dias paralisados aos servidores que aderirem ao movimento”. Quanto às unidades onde o movimento encerrou-se, o reitor Durigan determinou que suas direções devem “verificar o procedimento para reposição dos dias parados”.

Contudo, a assessoria jurídica do Sindicato dos Trabalhadores (Sintunesp) rebate, lembrando que inexistente, até o momento, qualquer determinação judicial ou acordo entre as partes que ampare legalmente eventual desconto ou reposição dos dias parados. No seu entender, o ofício do reitor que determina tais medidas é abusivo e desprovido de legalidade. O Sintunesp tem recebido muitas moções de solidariedade e o apoio do Fórum das Seis.

Na FD, greve de estudantes por mudanças na matrícula causa saída de diretor interino

Os estudantes da Faculdade de Direito (FD) entraram em greve em 8/8 para protestar contra o que chamaram de “verdadeiro caos nas matrículas”, que se repete todos os anos. O movimento foi decidido em assembleias massivas, por centenas de alunos, e já conseguiu as primeiras vitórias, como a “aceitação imediata dos ofícios”, ou seja, autonomia para

decidir em quais disciplinas se matricular.

Os alunos reivindicam 60 créditos livres durante todo o curso, em vez dos 12 créditos atuais, declarou ao *Informativo Adusp* Mariana Souza, diretora do Centro Acadêmico XI de Agosto. Também querem mais disciplinas optativas e mudanças na grade curricular.

A força do movimento levou o

diretor interino da FD a renunciar. Vice-diretor da unidade, o professor Paulo Casella havia assumido o cargo em razão do afastamento do diretor, professor Antonio Magalhães, que entrou em licença-prêmio.

A Congregação da FD reúne-se em 29/8, devendo deliberar a respeito das reivindicações dos estudantes.

Nova direção na Adunesp

A chapa única “Resistência Democrática”, encabeçada pelo professor João da Costa Chaves Júnior, recebeu 320 votos nas eleições para a diretoria da Adunesp, realizadas entre 6 e 8/8. Também fazem parte da nova diretoria eleita os professores Roberto Wagner Lourenço, vice-presidente; Fábio Kazuo Ocada, secretário-geral; Maria Orlanda Pinassi, vice-secretária; Carlos Alberto Anaruma, tesoureiro-geral; Dib Gebar, vice-tesoureiro.

Entre os principais pontos do programa da chapa eleita constam a luta pelo restabelecimento da isonomia salarial entre Unesp, USP e Unicamp, bem como a “ampliação das contratações em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP)”. A necessidade de que os planos de expansão sejam democraticamente discutidos com a comunidade, e acompanhados de “adequada dotação orçamentária”, é outra bandeira destacada.

Wadi Kassis (1915-2013)

Aposentado em 1991, o professor Wadi Kassis, da disciplina de Cirurgia da Faculdade de Odontologia de Bauru, faleceu em 9/8/2013, aos 79 anos de idade. Filiado à Adusp, era cirurgião plástico e foi o único médico entre os sete fundadores do atual Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC-USP), conhecido como “Centrinho”.



Em 1967, Wadi fez as primeiras cirurgias do Centrinho, as quais eram realizadas, então, no Hospital Beneficência Portuguesa de Bauru. Segundo a Agência USP, ao lado de Halim Nagem Filho (cirurgião-dentista da área de prótese maxilofacial), Ney Moraes (estatística) e Décio Martins (ortodontia), o professor integrou o grupo de pesquisadores do estudo realizado em 1965 para descobrir a prevalência de fissura labio-palatina na população de Bauru.

Justiça rejeita notificação de Cerri contra a Revista Adusp

A juíza de direito Aparecida Angélica Correia, da 1ª Vara Criminal da capital, rejeitou e mandou arquivar a tentativa do secretário demissionário da Saúde, Giovanni Guido Cerri, de obter explicações dos jornalistas Pedro Pomar, Débora Prado e Tatiana Merlini, “a propósito de editorial e reportagem veiculados pela *Revista Adusp*” na sua edição 54. A decisão judicial foi publicada no *Diário Oficial* de 8/8.

A base para a decisão da juíza foi o entendimento de que só cabe pedido de explicações (“previsto no artigo 144 do Código Penal, tem feição cautelar e se destina a aparelhar eventual ação penal privada pela prática de delitos contra a honra”) quando os interpelados tenham empregado expressões ambíguas ou equívocas.

No caso em questão, “não se divisa, *data venia*, dubiedade,

equivocidade ou ambigüidade”, avalia a juíza Aparecida Correia. No editorial, diz ela, “aponta-se que fundações privadas, ditas de apoio, dentre as quais estaria a FFM, da qual o requerente é presidente licenciado, celebram contratos vultosos com o governo estadual, cuja pasta de saúde foi confiada ao requerente, circunstância que, na opinião claramente expressada pelo articulista, configuraria conflito de interesses. Aponta-se, ainda, que a despeito do desempenho da função de Secretário de Saúde o requerente seguiu no Conselho de Administração do Sírrio-Libanês, o qual, por sua vez, também mantém organização social que celebrou contrato milionário com o Estado de São Paulo, fato que também evidenciaria conflito de interesses, como afirma claramente a revista”.

Quanto à reportagem, a juíza considera que “narra de maneira clara e objetiva os fatos que imputa ao requerente”. O enfoque, acrescenta, “é de que a atuação nas OSS e em empresas privadas como a DASA, paralelamente à atuação na Secretaria de Saúde, configura conflito de interesses. No mais, a reportagem detalha os valores dos contratos celebrados entre as OSS e o Estado de São Paulo”. “Não há margem, assim, para as dúvidas manifestadas nos quesitos apresentados com a inicial”.

Embora a notificação de Cerri tenha sido rejeitada, isso não impede que ele venha a impetrar ação contra os profissionais citados. Mas representa uma derrota do secretário, na medida em que a justiça, neste primeiro embate, reconheceu a objetividade e clareza dos textos da *Revista Adusp* contestados por ele.

Progressão: CCAD desconsidera Congregação do IGc

Em decisão final, Comissão rejeita recursos de candidatos apesar do parecer favorável da unidade. Docentes recorrem ao Conselho Universitário

Os professores Ciro Correia e Denise de la Corte Bacci, do Instituto de Geociências (IGc), encaminharam ao Conselho Universitário, em 5/7, petições contra decisão final da Comissão Central de Avaliação para Progressão de Nível na Carreira Docente (CCAD) que rejeita os recursos de ambos contra a preterição de suas candidaturas. No seu parecer conclusivo de 21/5, a CCAD ignora a recomendação enfática da Congregação do IGc de que os recursos sejam aceitos, e os docentes sejam promovidos a Professor Associado 3 e Professor Doutor 2, respectivamente.

Ao manifestar-se a respeito dos recursos em 8/4, a Congregação destacou que “a consulta feita pela CCAD para subsidiar a decisão em última instância sobre pedidos de reconsideração, conforme previsto no Artigo 4º, §VI da Resolução 5.927, constitui a melhor oportunidade existente no processo atual para promover a necessária interação entre os pareceres dos comitês de avaliação e os projetos acadêmicos dos departamentos aos quais os docentes se vinculam”. Prosseguiu: “Nesse sentido, encaminha à CCAD as seguintes avaliações de mérito”: 1) sobre Ciro: “a Congregação se manifestou favoravelmente ao recurso impetrado contra a decisão da CAS [Comissão de Avaliação Setorial], por entender que a progressão pleiteada se justifica pelo claro perfil de engajamento institucional qualificado do docente, destacado por todos os três pareceristas consultados pela CAS em sua primeira avaliação”; 2) sobre Denise: “a Congregação igualmente se manifestou favoravelmente ao recurso impetrado ... Entende que a docente tem desempenhado papel fundamental para o projeto institucional, dedicando-se com intensidade e qualidade a atividades didáticas, de cultura e extensão e gerenciamento ... especialmente vinculadas ao curso de Licenciatura em Geociências e Educação Ambiental, do qual é coordenadora desde 2010”.

As avaliações de mérito da Congregação (vide <http://goo.gl/zFC021>)

detalham, na sequência, as atividades e as qualidades de ambos os candidatos, fundamentando a posição favorável à progressão. Mas a CCAD censura a Congregação do IGc, por entender que esta “não oferece uma resposta à pergunta inicialmente formulada, mas encaminha à CCAD avaliações de mérito do candidato”!

Breve explicação. Para saber-se de que pergunta fala a CCAD, cabe introduzir uma breve explicação. Trata-se de uma sinuosa indagação feita à Congregação do IGc pelo secretário-geral da Reitoria (que entrou no caso como uma espécie de emissário da CCAD), ao encaminhar — para manifestação daquele colegiado, como previsto na Resolução 5.927 — os recursos de Ciro e Denise. A saber: “Os candidatos ... foram avaliados à luz dos critérios estabelecidos pela CAS Ciências da Terra ... *Examinados esses critérios, entende a Congregação que algum ou alguns deles sejam inaplicáveis no âmbito do projeto acadêmico desta Unidade?*” (o destaque é nosso).

Idêntica pergunta foi enviada a outras congregações prestes a se pronunciarem sobre recursos semelhantes. A CCAD, com o auxílio do secretário-geral, procurava assim restringir a manifestação das congregações, enquadrando previamente as respostas, exatamente para fugir à espinhosa discussão de mérito dos recursos (vide *Informativo Adusp 360*, <http://goo.gl/tSCLBG>).

Impressiona, no parecer conclusivo da Comissão sobre os recursos, que ela sequer cite ou tente refutar qualquer uma das considerações da Congregação sobre os candidatos, por exemplo: “Os pareceristas escolhidos pela

CAS estão entre as maiores autoridades nacionais na área de atuação do professor Ciro (Mineralogia e Petrologia), e ressaltam claramente a qualidade de suas atividades no ensino de graduação e pós-graduação”. Ou: “Destaca-se ainda sua aprovação, com notas elevadas, em dois concursos recentes para o cargo de Professor Titular. Nesse sentido, entende a Congregação que a ênfase dada a um único aspecto de seu currículo (a ausência de atividades de orientação concluídas a nível de pós-graduação) nos pareceres finais da CAS não justifica o não atendimento de seu pleito pela progressão horizontal”.

CCAD extrapola. Da mesma forma, a Congregação expôs argumentos em defesa de Denise: “Diante das dificuldades intrínsecas à consolidação de um curso novo, noturno, na modalidade licenciatura, e com relação candidatos/vaga que tem se mantido baixa nos últimos anos, têm sido exigidas da Coordenação do Curso atividades intensas das quais a professora Denise tem se desincumbido com afinco e qualidade, incluindo-se aí a atuação como docente em diversas disciplinas fundamentais”.

Nesse contexto, continua a Congregação, “uma menor produtividade em publicações parece difícil de ser evitada; também neste caso, a ênfase muito grande em atividades de pesquisa como justificativa para não atender ao pleito parece injusta, e sinalizaria a menor relevância de todas as demais atividades, causando prejuízo ao Departamento, que, diante de decisões finais desse tipo, ver-se-ia com dificuldades para motivar seus docentes a se dedicar a tarefas consideradas estratégicas para o seu projeto acadêmico”.

Nenhum desses argumentos foi levado em conta pela CCAD, nem mesmo do ponto de vista puramente retórico, pois, segundo su-

gere a leitura dos pareceres conclusivos que emitiu, a Congregação estaria proibida de emitir avaliações de mérito! Mais uma vez, a CCAD extrapola suas atribuições, tal como tinha feito ao formular a diretriz das “frações niveladoras”.

Direito de petição. Como a Resolução 5.927 define que cabe à CCAD, em última instância, decidir a sorte dos recursos relativos à progressão horizontal, Ciro e Denise resolveram amparar-se na Constituição Federal, cujo artigo 5º garante o direito de petição, também previsto na Lei Estadual 10.177/98. Uma vez que o direito de petição aos poderes públicos é assegurado a qualquer pessoa que se considere vítima de abuso de poder ou ilegalidades, os docentes decidiram peticionar ao Conselho Universitário para que reveja os atos da CCAD.

Além de apontar irregularidades formais no processo de progressão da carreira (falta de transparência, conflito de competência quanto aos recursos), Ciro e Denise argumentam, nas petições, que a Congregação foi “explícita e contundente” ao manifestar apoio a seus recursos, ao passo que a CCAD “não se deteve em explicitar pontualmente as razões de sua avaliação, não se ocupou em se contrapor aos argumentos” favoráveis aos docentes, de modo que o princípio jurídico da motivação do ato não se realiza (a comissão contentou-se a anunciar a decisão tomada, sem fundamentá-la). Não é razoável, sustentam, que a CCAD limite-se a “ouvir” a Congregação, ignorando o entendimento desta; caberia a uma instância superior dirimir o conflito.

As petições e os respectivos processos estão sendo encaminhados pela CCAD à Procuradoria Geral da USP, cujos pareceres, espera-se, deverão subsidiar a decisão do Conselho Universitário.

Assembleia Geral da Adusp

3ªf, 27/8, 17h, no Aud. Jacy Monteiro (IME)

pauta: campanha de democratização da USP - proposta das centrais sindicais para um dia nacional de lutas em 30/8